

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor
Lauro Morhy

Vice-Reitor
Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor
Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Airton Lugarinho de Lima Camara,
Alexandre Lima, Estevão Chaves de Rezende Martins,
José Maria G. de Almeida Júnior, Moema Malheiros Pontes
Reinhardt Adolfo Fuck, Sérgio Paulo Rouanet e Sylvia Ficher



40 anos

Editora Universidade de Brasília



Jessé Souza
Organizador

Democracia hoje

Novos desafios para a teoria democrática contemporânea

SBD-FFLCH-USP



298395

EDITORA



Equipe editorial: Ailton Lugarinho (Supervisão editorial); Maria Carla Lisboa Borba e Washington Sidney de Souza (Preparação de originais e revisão); Eugênio Felix Braga (Editoração eletrônica); Paulo Andrade (Capa).

Copyright © 2001 by Jessé Souza (Organizador)

Impresso no Brasil

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 02 Bloco C N° 78 Ed. OK 2º andar
70300-500 – Brasília, DF
Tel: (0xx61) 226-6874
Fax: (0xx61) 225-5611
editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

D383 Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea / Jessé Souza (organizador). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001.
480 p.

ISBN: 85-230-0604-4

1. Democracia 2. Ciência política. I. Souza, Jessé (organizador).

CDU 321.15

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900038565

Sumário

PREFÁCIO, 7

PARTE I

A DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

PARA ALÉM DA DEMOCRACIA FUGIDIA: ALGUMAS REFLEXÕES MODERNAS E PÓS-MODERNAS, 11

Fred Dallmayr

CONSTANT E BERLIN: A LIBERDADE NEGATIVA COMO A LIBERDADE DOS MODERNOS, 39

Luis Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão

DEMOCRACIA COMO COOPERAÇÃO REFLEXIVA. JOHN DEWEY E A TEORIA DEMOCRÁTICA HOJE, 63

Axel Honneth

O COMUNITARISMO: UMA PERSPECTIVA ALEMÃ, 93

Hans Joas

DO CONSENSO AO DISSENSO: O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO A PARTIR E ALÉM DE HABERMAS, 111

Marcelo Neves

DEMOCRACIA E PERSONALISMO PARA ROBERTO DAMATTA: DESCOBRINDO NOSSOS MISTÉRIOS OU SISTEMATIZANDO NOSSOS AUTO-ENGANOS?, 165

Jessé Souza

AS AMÉRICAS DE TOCQUEVILLE: A COMUNIDADE E O AUTO-INTERESSE, 201

Marcelo Jasmin

Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa

Iris Marion Young

Um número considerável de politólogos e juristas tem promovido, nos últimos anos, um conceito de democracia deliberativa como alternativa a uma teoria da democracia baseada nos interesses. Neste ensaio, endosso o ideal de democracia baseada na discussão. Identifico, todavia, dois problemas com a maneira pela qual esse ideal é habitualmente articulado. Em primeiro lugar, ao restringir seu conceito de discussão democrática estritamente à argumentação crítica, a maioria dos teóricos da democracia deliberativa supõe uma concepção de discussão carregada de viés cultural, o que tende a silenciar ou desvalorizar determinadas pessoas ou grupos. Os teóricos deliberativos tendem, além disso, a supor incorretamente que os processos de discussão que visam ao entendimento entre as partes têm necessariamente de partir de um elemento comum de entendimento ou de ter como objetivo um bem comum.

Após explorar essas limitações do ideal da democracia deliberativa como é formulado habitualmente, proponho algumas revisões desse enfoque da teoria democrática, o que chamo de democracia comunicativa.¹ Em primeiro lugar, proponho que as diferenças de cultura, perspectiva social ou comprometimento particularista sejam compreendidas como recursos a serem utilizados

¹ Texto traduzido por Márcia Prates.

² Comecei a desenvolver essa idéia de democracia deliberativa em outro ensaio, "Justice and Communicative Democracy," em Roger Oostliev, (ed.), *Radical Philosophy: Tradition, Counter Tradition, Politics*, Philadelphia: Temple University Press, 1993, p. 23-42.

na compreensão da discussão democrática, não como divisões a serem superadas. Em segundo lugar, proponho um conceito ampliado de comunicação democrática. Saudação, retórica e narração são formas de comunicação que se somam à argumentação na contribuição à discussão política.

O modelo de democracia deliberativa

Teóricos da democracia deliberativa em geral contrastam sua visão com o que chamarei de modelos de democracia baseados no interesse.² Concepções de democracia baseadas no interesse consideram a democracia principalmente como processo de expressão de preferências e demandas e de registro das mesmas por meio do voto. O objetivo do processo decisório democrático é decidir que líderes, regras e políticas melhor servirão ao maior número de pessoas num sistema onde cada pessoa define seu próprio interesse. No processo democrático de tomada de decisão, indivíduos e grupos de interesse votam e determinam políticas que melhor servirão a seus próprios interesses segundo sua percepção, incluindo em seus cálculos a noção de que outros componentes da sociedade

² Entre os escritores que considero teóricos da democracia deliberativa estão Joshua Cohen, "Deliberation and Democratic Legitimacy", em Alan Hamlin e Philip Pettit, *The Good Polity*, London: Blackwell, 1989, p. 17-34; Thomas Spragens, *Reason and Democracy*, Durham, N. C.: Duke University Press, 1990; Benjamin Barber, *Strong Democracy* (Berkeley and Los Angeles University of California University Press, 1984), apesar de Barber não ser tão suscetível a uma das críticas que ofereço quanto os outros; Cass R. Sunstein, "Beyond Republican Revival", *Yale Law Journal* 97, (1988): 1539-90; Frank Michelman, "Traces of Self-Government", *Harvard Law Review* 100 (1986): 4-77; Jane Mansbridge, "A Deliberative Theory of Interest Representation", em Mark P. Patracca, (ed.), *The Politics of Interest: Interest Groups Transformed*, Boulder, Colo.: Westview Press, 1992; John Dryzek, *Discursive Democracy*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990; James Bohman, "Democracy and Cultural Pluralism", *Political Theory* 23, n° 2 (1995): 235-79; and James Fishkin, *Deliberative Democracy*, New Haven: Yale University Press, 1991). Também considero que a teoria da ação comunicativa de Habermas seja uma base para uma teoria da democracia deliberativa, e parte de minha crítica está dirigida à teoria de Habermas. Mais adiante vou me referir a alguns trabalhos de Michael Walzer como parte dessa visão generalizada da teoria democrática.

(polity) farão o mesmo. Decisões democráticas são o resultado da realização bem-sucedida de idéias e coalizões por votos de interesse próprio.

Críticos deliberados do modelo de democracia baseado nos interesses contestam o que percebem como sua irracionalidade e a compreensão privatizada do processo político. Nesse modelo, os cidadãos não precisam deixar de lado seus próprios objetivos privados e paroquiais nem reconhecer seus pares no âmbito público para tratar de objetivos coletivos, em contraposição a necessidades e objetivos privados. Cada cidadão pode determinar racionalmente a melhor maneira de atingir seus próprios fins privados, mas o resultado agregado em si não é fruto de um processo de raciocínio próprio e não tem, necessariamente, racionalidade.³ As pessoas não deixam seu próprio ponto de vista subjetivo para adotar uma visão mais geral ou objetiva de assuntos políticos. Assim, o modelo de democracia baseado nos interesses supõe também que as pessoas não podem fazer reivindicações a outras sobre justiça ou sobre o bem público, nem motivar essas reivindicações.⁴

O modelo de democracia deliberativa, ao contrário, concebe a democracia como processo que cria um público, isto é, cidadãos unindo-se para tratar de objetivos, ideais, ações e problemas coletivos. Os processos democráticos são orientados em torno da discussão do bem público, ao invés da competição pelo bem privado de cada um. Em vez de raciocinar do ponto de vista do maximizador da utilidade privada, os cidadãos transformam, por meio da deliberação pública, suas preferências, de acordo com fins de ordem pública, raciocinando juntos sobre a natureza desses fins e sobre os melhores meios de atingi-los. Num diálogo livre e aberto, outros testam e desafiam as afirmações e os motivos. Os participantes cuidam de separar os bons motivos dos maus e os argumentos válidos dos inválidos. Os interlocutores dispensam devidamente os

³ Spragens e Bohman ressaltam a irracionalidade potencial de uma concepção de democracia baseada nos interesses. Veja-se também Jack Knight e James Johnson, "Aggregation and Deliberation: On the Possibility of Democratic Legitimacy", *Political Theory* 22, n° 2, maio, 1994, p. 277-298.

⁴ Veja-se John Burke para uma afirmação particularmente vigorosa sobre a impossibilidade de reivindicações morais na vida pública. *Bureaucratic Responsibility*, Baltimore: John Hopkins University Press, 1989.

maus motivos e os discursos mal-sustentados e ignoram ou dispensam floreios retóricos e acessos de emoção. Ao apresentarem e criticarem reivindicações e argumentos, os participantes do processo de deliberação não descansam enquanto a "força do melhor argumento" não levar todos a aceitarem uma conclusão.

Concordo com esses críticos do modelo de democracia baseada nos interesses quando afirmam que é melhor ter uma concepção de democracia que compreenda a política como o encontro de pessoas para tomar decisões sobre fins públicos e políticas de maneira racional. Apesar de os modelos de democracia baseados nos interesses corresponderem melhor à prática corrente e a atitudes típicas das democracias ocidentais contemporâneas, as normas de raciocínio público às vezes aparecem nos processos efetivos de democracias liberais como os conhecemos. Na experiência atual, expressões de democracia deliberativa aparecem mais frequentemente nas estruturas decisórias de associações voluntárias externas ao Estado. Mas os processos de formulação de políticas públicas em legislaturas ou audiências públicas também exibem feições do modelo deliberativo. As democracias contemporâneas desencorajam a deliberação e encorajam uma orientação consumidor-privatizada em relação à política por parte dos cidadãos. Deveriam ser reformadas para criar maiores oportunidades para a deliberação. No que segue, todavia, levanto duas críticas ao modelo da democracia deliberativa como é habitualmente articulada. Sua tendência a restringir a discussão democrática à argumentação contém vieses culturais implícitos e pode levar a exclusões na prática. Sua suposição de que a unidade é meta ou ponto de partida da discussão democrática também pode ter consequências exclusivistas.

Implicações exclusivistas do modelo deliberativo

Uma das principais virtudes do modelo de democracia deliberativa, como tenho sustentado até aqui, é a de promover uma concepção da predominância da razão sobre o poder na política. As políticas devem ser adotadas não por causa da vitória dos interesses mais poderosos, mas porque os cidadãos ou seus representantes as justificam, após ter ouvido e criticado os motivos

apresentados. Apesar de haver algumas tendências elitistas no republicanismo tradicional, a maioria dos teóricos deliberativos acredita que a democracia deliberativa é potencialmente mais inclusiva e igualitária que a democracia baseada nos interesses.⁵ Enquanto a democracia baseada nos interesses não exclui dinheiro e números como fatores de influência para as decisões, por exemplo, os teóricos deliberativos em geral afirmam que a democracia requer voz igual para cada cidadão na pressão por suas reivindicações, independente de posição social ou poder.

Joshua Cohen dá uma visão clara das condições para um ideal de democracia deliberativa.⁶ Sua formulação é próxima ao ideal de Habermas do discurso que visa à compreensão sobre o qual se baseia John Dryzek para seu conceito de democracia deliberativa.⁷ No ideal de democracia deliberativa, os participantes chegam a um problema político com mente aberta sobre sua solução: não estão atados pela autoridade de normas ou requisitos prévios. O processo de discussão política consiste em argumentação racionalmente fundamentada. Os participantes apresentam e criticam propostas e só sancionam determinada conclusão em virtude da "força do melhor argumento". Para que essa sanção seja racional, os participantes devem ser livres e iguais. Cada um deve ter oportunidade igual para apresentar propostas e para criticar, e devem estar livres de qualquer tipo de dominação ao expressar-se. Ninguém pode estar em posição que permita ameaçar ou coagir outros a aceitar ou rejeitar determinada proposta. O objetivo da deliberação é atingir o consenso: mesmo se não for possível e se os participantes tiverem de recorrer à votação, o resultado será um julgamento coletivo e não uma agregação de preferências privadas.

⁵ James Fishkin constitui uma exceção a esse respeito. Sustenta que há um *trade-off* entre igualdade política e participação. Sugere que conferir a cada cidadão influência igual sobre os resultados impossibilitaria a deliberação, porque em democracias de larga escala seria equivalente ao sistema de uma pessoa/um voto em eleições agregadas e referendos. Veja-se *Deliberative Democracy*.

⁶ Cohen, "Deliberation and Democratic Legitimacy", p. 22-23.

⁷ Habermas, *A Theory of Communicative Action*, v. 1: *Reason and the Rationalization of Society*, Boston: Beacon Press, 1981; Dryzek, *Discursive Democracy*, caps. 1 e 2.

Os teóricos deliberativos tendem a supor que isolar o poder político e econômico é o suficiente para que haja igualdade entre os interlocutores. Essa presunção não leva em consideração o fato de que o poder social capaz de impedir que as pessoas se tornem interlocutores em pé de igualdade deriva não apenas da dependência econômica e da dominação política, mas também de um sentido internalizado do direito que se tem de falar ou de não falar, da desvalorização do estilo de discurso de alguns indivíduos e da elevação de outros. O ideal deliberativo tende a supor que, quando é eliminada a influência do poder político e do poder econômico, a maneira de falar e de compreender será idêntica para todos; mas isso se verificará apenas se eliminarmos também as diferenças culturais e de posição social. O modelo da democracia deliberativa tende, portanto, a presumir que a deliberação é culturalmente neutra e universal. Uma teoria da democracia deliberativa que trata das diferenças sociais e da maneira em que o poder entra no discurso em si reconhece a especificidade cultural das práticas deliberativas e propõe um modelo mais inclusivo da comunicação.

O modelo deliberativo da comunicação deriva de contextos institucionais específicos do ocidente moderno – debate científico, parlamentos modernos e tribunais (descendentes da filosofia e da política gregas e romanas e da academia medieval). Essas foram algumas instituições que deram origem à revolução burguesa e que conseguiram se tornar instituições dominantes. Suas formas institucionais, regras e estilos retóricos e culturais definiram o significado da razão em si no mundo moderno. Como instituições dominantes têm, todavia, sido elitistas e exclusivistas, e essas exclusões marcam suas concepções de razão e deliberação, tanto nas instituições como nos estilos retóricos que representam. Desde seus princípios iluministas, têm sido instituições dominadas pelo sexo masculino e, em sociedades diferenciadas por classes e raças, têm sido dominadas pela raça branca e pela classe mais privilegiada. Apesar de se afirmar a capacidade de formas deliberativas de produzir reuniões ordeiras para expressar a razão universal pura, as normas de deliberação são culturalmente específicas e frequentemente operam como formas de poder que silenciam ou desvalorizam o discurso de alguns.

Os debates parlamentares e as argumentações em tribunais não são foros livres e abertos em que todos têm o direito de expressar reivindicações e apresentar os motivos de acordo com sua compreensão. Em vez de definir as discussões como o reconhecimento aberto do ponto de vista de todos, essas instituições vêem a deliberação como agonística. Deliberação é competição. As partes em disputa visam a vencer o debate, não a atingir o entendimento mútuo. Consentir por causa da “força do melhor argumento” significa ser incapaz de formular contra-argumentos, ou seja, conceder a derrota.⁸ As normas agonísticas de deliberação revelam maneiras em que o poder volta à arena, apesar dos teóricos deliberativos afirmarem tê-lo isolado.

Restringir práticas de discussão democrática a jogadas numa competição onde uns ganham e outros perdem privilegia os que gostam de competições e conhecem as regras do jogo. O discurso assertivo e confrontacional é mais valorizado aqui do que o discurso tentativo, exploratório ou conciliatório. Na maioria das situações reais de discussão, isto privilegia estilos masculinos de discurso em relação aos femininos. Uma literatura cada vez mais extensa pretende mostrar que meninas e mulheres falam menos em situações de discurso onde a firmeza e a competição de argumentos são valorizadas. Quando as mulheres chegam a falar nessas situações, tendem a dar informação e a fazer perguntas mais do que a afirmar suas opiniões ou iniciar controvérsia.⁹

⁸ Um trecho da exposição de Habermas sobre a função do argumento moral mostra essa aceitação acrítica do modelo do diálogo como competição: “O que acontece com a argumentação é que a orientação dos competidores ao sucesso é assimilada em uma forma de comunicação em que a ação orientada para atingir o entendimento é continuada por outros meios. Na argumentação, proponentes e opositores entram em competição com argumentos para convencer uns aos outros, isto é, para atingir o consenso. Essa estrutura dialética de papéis torna disponíveis formas de disputa para uma busca comparativa da verdade. A argumentação pode explorar o conflito entre competidores orientados para o sucesso com o objetivo de atingir consenso desde que os argumentos não sejam reduzidos a meros meios de influenciar uns aos outros.” *Moral Consciousness and Communicative Action*, trans. Christian Lenhardt e Sherry Weber Nicholsen, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991, p. 160.

⁹ Veja-se Lynn Sanders, “Against Deliberation”, trabalho apresentado em reunião da American Political Science Association, setembro 1992; cita estudos que

Em muitas situações formais os brancos de classe média que tiveram acesso à educação agem como se tivessem um direito de falar e como se suas palavras fossem carregadas de autoridade, enquanto os locutores de outros grupos sentem-se intimidados pelos requisitos da argumentação e pela formalidade das regras do procedimento parlamentar. Portanto, deixam de falar, ou falam de um modo que aqueles em posição de dominância consideram "perturbador". Normas de assertividade e combatividade e a obrigação de falar de acordo com as regras da disputa são poderosos silenciadores ou avaliadores de discurso em diversas situações reais de discurso num contexto de grupos cultural e socialmente diferenciados. Os grupos dominantes tendem, além do mais, a não notar essa desvalorização e esse silenciamento, enquanto os menos privilegiados sentem-se diminuídos ou frustrados, perdendo confiança em si ou enraivecendo-se.

As normas de deliberação também privilegiam o discurso formal e de caráter geral. O discurso que evolui de uma premissa a uma conclusão de maneira ordenada e que mostra claramente que sua estrutura de inferência é considerada superior à dos outros. Também é considerada prática superior afirmar a posição tomada em termos de generalidades e de princípios que se aplicam a instâncias particulares. Essas normas de "articulação" precisam, todavia, ser aprendidas; são culturalmente específicas e, em situações reais de discurso em nossa sociedade, exibir tais estilos de discurso constitui uma marca de privilégio social. A deliberação não se abre, portanto, igualmente, a todas as maneiras de se apresentar reivindicações e motivos. Em situações formais de discussão, como em salas de aula, tribunais e câmaras municipais, muitos sentem que devem pedir desculpas por sua maneira sinuosa e hesitante de falar.

mostram que nos júris os homens falam mais do que as mulheres e tomam mais freqüentemente posições de liderança. Jane Mansbridge cita estudos que mostram que legisladoras estaduais falam menos do que os legisladores e que, em reuniões públicas, as mulheres tendem mais a dar informações e a fazer perguntas, enquanto os homens afirmam opiniões e entram em confrontação. Mansbridge, "Feminism and Democratic Community", em John W. Chapman e Jan Shapiro, (eds.), *Democratic Community*, Nomos n° 35 (Nova York: Nova York University Press, 1991).

Finalmente, as normas de deliberação privilegiam o discurso frio e desapassionado. Tendem a pressupor oposição entre corpo e mente, emoção e razão. Tendem a identificar falsamente objetividade com calma e ausência de expressão emotiva. Assim, expressões de raiva, mágoa e preocupação apaixonada diminuem as reivindicações e motivos que as acompanham. Semelhantemente, o papel do corpo no discurso – gesticulação vigorosa, movimentos que demonstram nervosismo e expressões corporais de emoção – indica fraqueza que elimina as asserções ou revela falta de objetividade e controle. Normas deliberativas tendem a privilegiar a linguagem "literal" sobre a linguagem figurativa (hipérboles, metáforas e assim por diante).

Mais uma vez, em nossa sociedade, essas diferenças de privilégio no modo de discurso estão correlacionadas a diferenças de privilégio social. A cultura de discurso de homens brancos de classe média tende a ser mais controlada, sem gesticulação significativa nem expressões de emoção. A cultura de discurso de mulheres e minorias raciais tende a ser mais agitada e personificada, valorizando a expressão da emoção, o uso de linguagem figurativa, a modulação do tom de voz e a gesticulação vigorosa.¹⁰

Concluo, a partir dessas considerações, que a teoria da democracia baseada na discussão deve adotar um conceito mais amplo das formas de estilos de discurso que envolve a discussão política do que o que é adotado habitualmente pelos teóricos deliberativos. Prefiro chamar tal teoria ampliada de democracia comunicativa, no lugar de "deliberativa", para indicar a atribuição igual de privilégios a qualquer forma de interação comunicativa em que os indivíduos objetivam chegar a um entendimento. Enquanto a argumentação é elemento necessário num esforço para discutir e convencer outros

¹⁰ Anthony Cortese argumenta que o modelo do raciocínio moral presumido por Kohlberg e Habermas é etnocêntrico e contém viés cultural, que tende a classificar a maneira de falar e de raciocinar dos "chicanos" em nível mais baixo de sua escala; veja-se *Ethnic Ethics*, Albany: SUNY Press, 1990. Charles Henry discute a tendência dos afro-americanos a integumentar, mais do que os brancos, emoção e nua no argumento, o que influencia os estilos afro-americanos de debate público; veja-se *Culture and African American Politics*, Bloomington: Indiana University Press, 1990.

sobre questões políticas, pode ser expressada de diversas maneiras, entremecada de ou, paralela, a outras formas de comunicação.

O modelo deliberativo supõe unidade

Diferentemente das concepções de democracia baseadas nos interesses, a democracia comunicativa ressalta que as idéias sobre questões políticas freqüentemente mudam a partir do momento em que as pessoas interagem com as idéias e experiências de outras. Se, numa discussão pública sobre ação coletiva ou políticas públicas, as pessoas apenas indicam o que querem, sem defender o caráter justo ou correto da reivindicação, não serão levadas a sério. Devem apelar aos outros apresentando propostas que consideram justas e corretas e que os outros deveriam aceitar. Nesse processo, as preferências iniciais das pessoas transformam-se, passando de desejos subjetivos a reivindicações objetivas, e o conteúdo dessas preferências talvez tenha de mudar para torná-las articuláveis em público como reivindicações do que é devido. As idéias das pessoas sobre soluções para problemas coletivos também podem ser transformadas ao escutarem e aprenderem sobre o ponto de vista de outras.

Os teóricos deliberativos escrevem, habitualmente, sobre esse processo de transformação de preferências subjetivas do interesse próprio em opiniões mais objetivas ou gerais sobre a solução dos problemas coletivos como um processo de descoberta ou construção de unidade. Vejo dois enfoques adotados pelos teóricos deliberativos na discussão dessa unidade. Alguns consideram a unidade como uma condição prévia da deliberação. Michael Walzer, por exemplo, argumenta que a crítica social efetiva localiza e apela aos "entendimentos comuns" ("shared understandings") prévios da comunidade.¹¹ Jürgen Habermas escreve como se a obtenção do entendimento por meio do discurso sobre normas dependesse da restauração de um consenso interrompido.¹²

¹¹ Michael Walzer, *Interpretation and Social Criticism*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1987.

¹² Habermas, *Moral Consciousness*, p. 67.

Há pelo menos dois problemas com essa maneira de construir o processo de discussão. Em primeiro lugar, não podemos supor que haja, em sociedades pluralistas contemporâneas, entendimento suficiente ao qual apelar em muitas situações de conflito e na resolução de problemas coletivos. Em segundo lugar, a presunção de unidade prévia afasta a necessidade de auto-transcendência, que citei anteriormente como importante componente de um modelo comunicativo da democracia. Se a discussão é bem-sucedida principalmente quando apela para o que os participantes da discussão já compartilham, não é preciso revisar opiniões ou pontos de vista individuais para poder considerar perspectivas e experiências alheias. Mesmo se precisarem de outros para enxergar o que todos compartilham, cada um encontra no outro apenas uma imagem de si próprio.

Ao reconhecer tais problemas, alguns teóricos da democracia baseada na discussão conceitualizam a unidade não como ponto de partida, mas como objetivo do diálogo político. Segundo esse ponto de vista, os indivíduos transcendem suas perspectivas subjetivas e introspectivas nas questões políticas ao deixarem de lado seus interesses particulares, buscando o bem do grupo. Os participantes de um intercâmbio característico de uma democracia comunicativa partem freqüentemente com diferenças de cultura, perspectiva e interesse, mas o objetivo da discussão é localizar ou criar interesses comuns que todos podem compartilhar. Para chegar a esse bem comum poderá ser necessário trabalhar com as diferenças, mas a diferença em si é algo a transcender, pois é parcial e divisiva.¹³

O problema com essa concepção da unidade da discussão democrática é que poderá abrigar outro mecanismo de exclusão. Numa situação de discussão em que os participantes são diferenciados com base em cultura de grupo e posição social, e em que alguns grupos têm privilégios materiais ou simbólicos maiores que outros, os apelos a um "bem comum" tenderão a perpetuar tais privilégios. Como argumentei na seção anterior, mesmo situações de comunicação que isolam a influência direta de desigualdades

¹³ Para uma exposição desse tipo de posição, veja Benjamin Barber, *Strong Democracy*, p. 197-212.

econômicas ou políticas podem privilegiar certos estilos culturais e valores. Quando os participantes da discussão visam à unidade – o apelo a um bem comum para o qual todos devem deixar para trás suas experiências e interesses particulares – as perspectivas dos privilegiados dominarão, provavelmente, a definição desse bem comum. Pede-se aos menos privilegiados que deixem de lado a expressão de suas experiências, o que pode demandar um idioma diferente, ou suas reivindicações por direitos ou interesses são afastadas em consideração a um bem público cuja definição contém um viés contra eles.¹⁴

A diferença como recurso

Não há motivos ou estrutura para que grupos situados diferentemente entrem em discussão democrática se não convivem numa sociedade (polity). Nesse sentido, algum grau de unidade é uma condição da comunicação democrática. Mas a unidade de uma sociedade única é mais fraca, segundo o que sugiro, do que os teóricos deliberativos em geral supõem. A unidade que motiva a política é a faticidade de pessoas juntando-se e se encontrando em proximidade geográfica e interdependência econômica, de modo que as atividades e ambições de uns afetam a habilidade de outros de desenvolverem suas atividades. Uma sociedade (polity) é constituída por pessoas que moram juntas e que estão ligadas umas às outras.

Se uma sociedade deve se tornar uma democracia comunicativa, ainda mais unidade é necessária. Seus integrantes devem estar comprometidos com o respeito mútuo, no sentido formal simples de reconhecer que todos têm o direito de expressar suas opiniões e pontos de vista e que todos devem escutar. Os integrantes da sociedade devem, ademais, concordar sobre as regras de procedimento da discussão e de processos justos de tomada de decisão. Essas três condições – interdependência significativa, respeito formalmente

igual e procedimentos acordados – são os elementos de unidade necessários para uma democracia comunicativa. São condições muito mais sutis do que as de entendimento comum ou o objetivo de encontrar bens comuns. Dentro do contexto dessa unidade mínima que caracteriza a democracia comunicativa, haverá uma compreensão enriquecida dos processos de discussão democrática se presumirmos que as diferenças de posição social e de perspectiva de identidade funcionam como recursos para a razão pública e não como divisões que a razão pública transcende.

Já argumentei que um dos problemas com a hipótese da unidade como ponto de partida ou como objetivo da democracia deliberativa é que tal concepção não explica a transformação que o processo comunicativo deveria produzir com frequência nas opiniões dos participantes. Se estamos procurando o que já temos em comum – seja condição prévia, seja resultado – não estamos transformando nosso ponto de vista. Vemos apenas nossa própria imagem espelhada nos outros. Por outro lado, se fizermos a hipótese de que a interação comunicativa significa encontrar diferenças de significado, posição social ou necessidades que não compartilho e com as quais não me identifico, podemos descrever melhor como a interação transforma as preferências. Posições sociais diferentes se encontram com a percepção de sua diferença. Isso não significa que acreditamos não ter similaridades; pois diferença não quer dizer distinção total. Mas significa que cada posição tem consciência de que não compreende a perspectiva dos que estão diferentemente situados, no sentido de que as diferenças não podem ser assimiladas. Há, portanto, uma lição a tirar das outras perspectivas quando comunicam seus significados, precisamente porque as perspectivas estão além umas das outras e não são reduzíveis a um bem comum. Esse processo de expressão mútua de experiências e pontos de vista que transcendem o entendimento inicial de cada um constitui uma transformação de opiniões.

A comunicação entre perspectivas que transcendem umas às outras preserva a pluralidade que Hannah Arendt entendeu como condição da publicidade. A pluralidade de pontos de vista no público faz com que cada participante possa compreender melhor o que a sociedade pretende ou quais serão as possíveis consequências de uma política ao situar sua própria experiência e interesse num

¹⁴ Compare Lynn Sanders, "Against Deliberation"; tenho desenvolvido um argumento próximo a esse, em maior extensão, no capítulo 4 de *Justice and the Politics of Difference*, Princeton University Press, 1990.

contexto mais amplo de entendimento de algo em outras situações sociais. Por "entendimento" quero dizer algo diferente do significado para os teóricos deliberativos. Frequentemente, em contextos comunicativos, quando as pessoas dizem que chegaram a um entendimento ou que se entendem, acreditam que isso implica identificação mútua. As pessoas atingem o entendimento, segundo essa concepção, quando transcendem o que os diferencia e divide, tendo adotado os mesmos significados ou crenças ou princípios.

Todavia, se a democracia comunicativa é melhor concebida quando se fala de diferenças de cultura, posição social e necessidade, que são preservadas no processo, então entender um ao outro e atingir entendimento não implicam essa identificação. Entender outra situação social pode significar, aqui, que houve uma expressão bem-sucedida de experiências e perspectivas para que as outras posições sociais aprendam. Parte do que terão entendido é que há coisas além da experiência e da perspectiva que transcendem sua própria subjetividade.¹⁵

Preservar e escutar tais diferenças de posição e perspectiva causam a transformação da preferência que os teóricos deliberativos recomendam. A transformação ocorre de três maneiras. 1) Confrontação com perspectivas, interesses e significados culturais diferentes me ensinam uma parcialidade própria e colocam minha experiência em perspectiva. 2) Saber que estou em situação de resolução de problemas coletivos com outros que têm perspectivas diferentes sobre os problemas e culturas e valores diferentes dos meus e que eles têm o direito de desafiar minhas reivindicações e argumentos me força a transformar minhas expressões de interesse próprio e desejo em apelos à justiça. Propostas de políticas coletivas não precisam ser expressas como interesse geral, interesse que todos podem compartilhar; poderá haver demandas por uma obrigação do público no sentido de reconhecer e prover as necessidades únicas de pessoas de situação única. Todavia, as perspectivas públicas plurais requerem que as reivindicações expressas atravessem as diferenças, que presumam uma lacuna de entendimento a ser

preenchida, transformando, assim, a experiência em si. 3) Finalmente, expressar, questionar e desafiar o conhecimento deferenciado contribui ao conhecimento social de todos os participantes. Sem abandonar suas próprias perspectivas e escutando a diferença, cada posição pode vir a compreender algo sobre a maneira em que propostas e reivindicações afetam os que estão diferentemente situados. Ao internalizar, até certo ponto, esse entendimento mediado das posições plurais, os participantes ganham uma visão mais ampla dos processos sociais em que sua própria experiência parcial está firmada. A maior objetividade social aumenta a sabedoria necessária para chegar a conclusões justas para os problemas coletivos.

A amplitude da democracia comunicativa

Em *Gorgias* de Platão, Sócrates discute as virtudes e os vícios da retórica com seus estudantes e com o próprio Gorgias. Sócrates incita seus interlocutores a buscar uma distinção entre, de um lado, a arte da argumentação que revela a verdade e, de outro, a mera capacidade de persuasão que produz apenas aparências. O diálogo sugere que a retórica é mera capacidade de agradar e lisonjear a platéia, em contraposição ao pensamento crítico da filosofia, que pode desagradar e causar desconforto na platéia para levá-la a abandonar falsidades confortáveis. No desenrolar do diálogo, fica claro, todavia, que Sócrates e seus interlocutores não conseguem sustentar essa distinção entre verdade e retórica; o argumento também é persuasivo e o máximo que se pode fazer é a distinção entre a boa e a má retórica. Por meio dos eventos do diálogo, Platão também demonstra a insustentabilidade da distinção. Sócrates empenha-se na adulação para motivar seus interlocutores a continuarem a discussão. Utiliza inúmeros truques retóricos, do humor à ironia, ao ridículo, à própria obliteração. Aqui, como em quase todos os outros diálogos de Platão, Sócrates recita um mito, uma história poética que passa por cima do argumento para apelar à intuição.

¹⁵ Desenvolvi tal conceito de entendimento por meio da diferença em outro artigo, "Asymmetrical Reciprocity: On Moral Respect, Wonder and Enlarged Thought," a ser publicado em *Constellations*.

Com base em recentes relatos feministas sobre razão dialógica,¹⁶ bem como articulações masculinas afro-americanas e latinas sobre vieses culturais nas concepções dominantes da deliberação,¹⁷ proponho três elementos que uma concepção mais ampla da democracia comunicativa requer, além da argumentação crítica: saudação, retórica e narração. Por reconhecer a personificação e as particularidades dos interlocutores, esses três modos de comunicação ajudam a estabelecer e manter a pluralidade que, como tenho defendido, seguindo Arendt, é necessária para o significado e existência da publicidade. Onde o público apresenta diferenças de grupo cultural, de perspectivas sociais e valorativas, essas formas de comunicação suplementam o argumento ao providenciar maneiras de discursar por meio das diferenças na ausência de entendimentos comuns compartilhados.

Saudação. Com o termo "saudação" pretendo apresentar a forma virtuosa do modo de comunicação que *Gorgias* apresenta como vício de adulação. Uma condição lógica e de motivação para o diálogo que visa a atingir o entendimento é que as partes no diálogo reconheçam umas às outras em suas particularidades. Chamo esse momento da comunicação de a "saudação" para evocar o modo pragmático cotidiano pelo qual experimentamos tal reconhecimento. Trata-se de discurso necessário à comunicação mas que não diz nada – não faz nenhuma afirmação e não tem conteúdo específico:¹⁸ "Bom dia", "Como vai", "Bem-vindo", "Até logo". Na categoria da saudação, incluem também expressões de despedida, bem como formas de fala/discurso que "lubrificam" a conversa em curso com formas amenas de lisonja, elogios e deferência.

Especialmente quando as partes ao diálogo diferem em diversos aspectos, seja em termos de cultura e valores, seja nos interesses e objetivos que pretendem trazer à discussão, seu esforço para resolver conflitos ou chegar a um acordo não pode começar sem

¹⁶ Alison Jaggar, "Feminist Practical Dialogue", trabalho não publicado; e Patricia Hill Collins, *Black Feminist Thought*, Nova York: Routledge, 1990, especialmente o capítulo 8.

¹⁷ Cortese, *op. cit.*; e Henry, *Culture and African American Politics*.

¹⁸ Cheguei a esse momento da comunicação por meio da leitura da distinção que faz Emmanuel Levinas entre o Dizer (Saying) e o Dito (Said) em *Otherwise than Being, or Beyond Essence*, Haia: Nijhoff, 1981.

preliminares em que as partes estabelecem confiança ou respeito mútuo. Essas preliminares são freqüentemente constituídas por formas de lisonja, discursos introdutórios que associam aos nomes dos interlocutores títulos honoríficos que ressaltam a grandeza de suas realizações e ideais, e assim por diante.¹⁹

A interação comunicativa em que os participantes almejam o entendimento é freqüentemente temperada com gestos de delicadeza e deferência e a ausência deles é interpretada como frieza, indiferença, insulto. A discussão também envolve gestos não-linguísticos que agregam as pessoas de maneira calorosa, abrindo condições para relações amigáveis: sorrisos, apertos de mão, abraços, a oferta e aceitação de comida e bebida.²⁰ Nesse sentido, o corpo e o respeito pelo corpo devem entrar no ideal da democracia comunicativa. Os teóricos da democracia deliberativa, todavia, parecem não dar espaço ao reconhecimento cuidadoso, deferencial e delicado da diferença ("Otherness") dos outros. Como grande parte da discussão democrática é permeada de discordância, raiva, conflito, contra-argumentação e crítica, os gestos intermitentes de lisonja, saudação, deferência e iniciativas conciliatórias mantêm o comprometimento com a discussão em momentos de raiva e discordância.

Retórica. Os teóricos deliberativos visam tipicamente a realizar a tentativa de Platão de distinguir o discurso racional da mera retórica, e assim fazendo normalmente denigrem emoção e linguagem figurativa. O discurso racional, nessa visão de discurso ao qual a democracia deliberativa deve se limitar, consiste em fazer afirmações e apresentar motivos sóbrios para as mesmas, com as conexões lógicas entre elas claramente explicitadas. Assim, Thomas

¹⁹ Upendia Baxi critica os que julgam o que ele chama de sicofantismo na política como sintoma de subdesenvolvimento, e considera tal reação etnocêntrica. Argumenta que o sicofantismo, ou a troca mútua de lisonja e elogios, é um elemento importante na manutenção de relacionamentos. A redução desse tipo de comportamento na cultura pública ocidental, sugere ele, empobrece a comunicação. "What Is Wrong With Sycophancy? A Caveat on Overrationalized Notions of Political Communication", em Bhikhu Parekh e Thomas Panthum, *Political Discourse: Explorations in Indian and Western Thought*, Beverly Hills: Sage, 1987.

²⁰ Em "Feminist Practical Dialogue", Alison Jaggar ressalta a importância de tal comunicação baseada na expressão corporal para a promoção dos objetivos da comunicação democrática.

Spragens, por exemplo, invoca o desdém de Hitler pela racionalidade das massas como advertência contra o discurso retórico que visa a influenciar as massas com expressão de paixão. Uma democracia racional, sustenta Spragens, trabalhará a mente ao invés de acender paixões.²¹ Como indica James Bohman, Habermas também tenta distinguir o discurso racional da retórica, fazendo a distinção entre atos de discurso ilocucionários e perlocucionários.²² Mas a oposição entre discurso racional e retórica, a meu ver, rebaixa tanto o caráter situacional da comunicação quanto sua ligação com o desejo.

Numa discussão em que pessoas diferentes, com objetivos, valores e interesses diferentes, tentam resolver problemas coletivos de maneira justa, não basta fazer afirmações e apresentar motivos. É preciso se fazer escutar. Como ressalta Benjamin Barber, os teóricos da democracia valorizam o discurso, mas raramente discutem a prática de escutar.²³ A retórica determina as formas e estilos de falar que reflexivamente chegam à platéia em forma de discurso. Enquanto há muitos aspectos nessa estilização do discurso para seus ouvintes, concentrar-me-ei nos dois que mencionei anteriormente: o caráter situacional e a ligação com o desejo.

A retórica anuncia o caráter situacional da comunicação. Com figuras retóricas um discurso constrói a posição do orador em relação àqueles que o escutam. Por meio da retórica o orador apela aos atributos ou experiências de sua platéia e à sua localização em relação a ela. A retórica também constrói o evento do discurso – hoje comemoramos, ou acabamos de receber um telefonema urgente, ou estamos tendo uma discussão sobre políticas. A retórica constrói o orador, a platéia e a ocasião ao invocar ou criar significados, conotações ou símbolos específicos, e tem essa função de conexão tendo ou não a platéia e o orador significados compartilhados.

Sócrates censura o orador retórico por tentar agradar a platéia ao invés de apresentar as duras verdades. Mas Platão mostra na pessoa de Sócrates que há uma importante dimensão crótica na comu-

nicação que visa ao entendimento, e que persuasão é em parte sedução. Uma das funções da retórica é atrair e manter a atenção. Os argumentos mais elegantes e verdadeiros podem ser incapazes de obter sanção se forem enfadonhos. O humor, os jogos de palavras, imagens e figuras de linguagem dão corpo e cor aos argumentos, fazendo a discussão puxar o pensamento por meio do desejo.

Narração. Numa democracia comunicativa os participantes da discussão visam a chegar a entendimentos sobre soluções para seus problemas coletivos. Apesar de serem raras as situações de discurso em que os participantes não possuem nenhum significado comum, as discordâncias, entendimentos divergentes e perspectivas diferenciadas também estão habitualmente presentes. Em situações de conflito que a discussão pretende solucionar, os grupos frequentemente partem de desentendimentos ou com um sentimento de não saber quem são seus interlocutores e de que seus próprios desejos, necessidades e motivos não serão compreendidos. Isto se verifica especialmente onde classe ou cultura separam as partes. Fazer justiça sob tais circunstâncias de diferença requer o reconhecimento da particularidade dos indivíduos e dos grupos, tanto quanto a busca do interesse geral. Há pelo menos três maneiras em que a narração promove o entendimento por meio da diferença sem tornar simétricos os que são diferentes.

Em primeiro lugar, a narração revela experiências particulares dos que estão em determinadas situações sociais, experiências que não poderiam ter sido vividas pelos que estão situados diferentemente, mas que precisam ser compreendidas para fazer justiça aos outros. Imagine que pessoas confinadas a cadeiras de rodas numa universidade reivindicam fundos dos recursos da instituição para remover o que consideram obstáculos ao seu pleno aproveitamento e para lhes dar apoio positivo em maneiras que, segundo eles, igualizariam sua habilidade de competir por *status* acadêmico com estudantes sem limitações do gênero. Uma maneira simples de transmitir seu ponto de vista seria contar histórias sobre os obstáculos físicos, de tempo, sociais e emocionais que enfrentam. Seria um erro dizer que ao escutar essas histórias os outros compreenderão a situação dos que andam em cadeiras de rodas a ponto de adotarem seu ponto de vista. Ao contrário, a narração dá aos que

²¹ Spragens, *Reason and Democracy*, Durham, N.C.: Duke University Press, 1990, p. 128.

²² James Bohman, "Emancipation and Rhetoric: The Perlocutions and Illocutions of the Social Critic", *Philosophy and Rhetoric* 21, n° 3, 1988.

²³ Barber, *Strong Democracy*, p. 175.

podem caminhar compreensão suficiente da situação para saberem que não poderão compartilhar a experiência narrada.

A narração exibe experiências subjetivas a outros sujeitos. A narrativa pode evocar simpatia ao mesmo tempo em que mantém distância porque carrega uma sombra latente inexaurível, a transcendência do outro, ou seja, o fato de que sempre haverá mais a ser contado.

Em segundo lugar, a narrativa revela uma fonte de valores, cultura e significado. Quando um argumento procede da premissa à conclusão, é apenas tão persuasivo quanto a aceitação de suas premissas entre os deliberadores. Poucas instituições reúnem as pessoas para enfrentar problemas coletivos em situações em que as pessoas envolvidas, divididas e diversas, não podem compartilhar as premissas. Sociedades pluralistas, todavia, frequentemente enfrentam sérias divergências em premissas de valor, práticas culturais e significados, e essas disparidades provocam conflito, insensibilidade, insulto e incompreensão. Sob essas circunstâncias, a narração pode servir para explicar aos participantes externos o que certas práticas, lugares ou símbolos significam para as pessoas que os detêm. Os valores, contrariamente às normas, frequentemente não podem ser justificados por meio de argumentação. Mas também não são arbitrários. Sua base emerge em geral da história de um povo. Por meio da narrativa as pessoas externas à sociedade podem vir a compreender por que a sociedade valoriza o que valoriza e por que tem as prioridades que tem.

Como é que os Lakota transmitem aos outros em South Dakota o significado que têm para eles as Black Hills? Por meio de histórias – mitos em que as Black Hills figuram como personagens principais, histórias de indivíduos e grupos Lakota em contato com aquelas montanhas. Os valores aparecem como resultado de uma história por meio da qual um grupo relata “de onde veio.”

Finalmente, a narrativa não exibe apenas a experiência e os valores do ponto de vista dos sujeitos que os têm e detêm. Revela também um conhecimento social total do ponto de vista daquela situação social. Cada perspectiva social tem uma versão não apenas de sua própria vida e história, mas também de todas as outras posições que afetam sua experiência. Assim, os que escutam podem aprender sobre como suas próprias posições, ações e valores apare-

cem para os outros a partir das histórias que contam. A narrativa exibe o conhecimento situado do coletivo de acordo com cada perspectiva e a combinação das narrativas dos diferentes pontos de vista produz a sabedoria social coletiva que não seria obtida de nenhuma das posições isoladamente.

Há duas conclusões gerais a tirar desse relato do papel da comunicação narrativa em que as pessoas visam a solucionar problemas coletivos por meio da discussão. Em primeiro lugar a narrativa pode ter um papel importante na argumentação da discussão democrática. Onde os argumentos sobre políticas ou ação dependem de apelos à necessidade ou justificação, a narrativa é uma maneira importante de demonstrar necessidade ou justificação. A narrativa também contribui com o argumento político por meio do conhecimento social que oferece de como os segmentos sociais enxergam as ações dos outros e quais são os efeitos prováveis de políticas e ações para pessoas em situações sociais diferentes.²⁴

Como argumenta Lynn Sanders, a narração complementa os argumentos numa democracia comunicativa porque tende a ser mais igualitária do que os processos deliberativos típicos.²⁵ Discuti acima como a deliberação pode privilegiar os desapaixados, educados ou os que julgam ter o direito de afirmar. Como todos têm histórias para contar, com estilos e significados diferentes, e como cada um pode contar sua história com autoridade igual, as histórias têm valor idêntico na situação comunicativa.²⁶

Proponho neste ensaio um ideal de democracia comunicativa no lugar da democracia deliberativa. O ideal da democracia comunicativa é mais inclusivo do que o da democracia deliberativa porque reconhece que, quando o diálogo político visa a solucionar problemas coletivos, este requer uma pluralidade de perspectivas, estilos de discurso e maneiras de expressar a particularidade de

²⁴ Compare Kathryn Abrams, “Hearing the Call of Stories”, *California Law Review* 79, nº 4 (julho 1991): 971-1052. Ao relatar o uso da narração na teoria jurídica feminista, Abrams sustenta que a narração tem importantes funções de argumentação.

²⁵ Sanders, “Against Deliberation”.

²⁶ Jane Braten, “From Communicative Rationality to Communicative Thinking: A Basis for Feminist Theory and Practice”, em Johanna Meehan, (ed.), *Feminists Read Habermas*, Nova York: Routledge, 1995.

situações sociais, bem como a aplicabilidade de princípios. Uma teoria da discussão democrática que tenha utilidade para o mundo contemporâneo precisa explicar a possibilidade de comunicação por meio de grandes diferenças de cultura e posição social. Tal teoria da democracia requer uma ampla e plural concepção de comunicação, que inclua tanto a expressão e a extensão de entendimentos comuns, onde existem, como o oferecimento e o reconhecimento de significados não compartilhados.

Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

O processo de construção da identidade nacional brasileira, no século XX, guarda muitas semelhanças com o que se desenrolou na América Latina em geral, tal como sistematizado por Julie Skurski (1996). A primeira dessas semelhanças é uma recusa coletiva do passado colonial, posto que tal passado, português ou espanhol, não podia ser seu. A romantização dos índios como guerreiros selvagens e livres, que preferiram a morte à servidão, constituiu desde o início um traço forte dessa representação nacional.¹ O fato é que, premido pela necessidade de recusar o passado, tornou-se necessário institucionalizar a desmemória das origens étnico-raciais: os brancos afastando-se do Portugal "decrépito" e "subordinado", responsabilizado pelos males herdados; os negros afastando-se, pelo embranquecimento, do passado servil; os caboclos fugindo da "selvageria" e do "primitivismo" que lhes eram atribuídos. Brancas para dentro e mestiças para fora, as elites viram-se encurraladas, como diz Skurski (1996: 376), parafraseando Bhabha (1994), "entre a necessidade de negar e de afirmar sua diferença em relação ao poder metropolitano", permanecendo "incapazes de estabelecer sua autoridade por meio da autenticidade de suas origens".

A ambigüidade das elites latino-americanas encontrou, porém, um elemento renovador na crise política e ideológica que afetou os

¹ Apenas nos dias que correm foi também possível se acrescentar a tal representação romântica a figura guerreira dos quilombolas (Zumbi) e do seu espírito de liberdade (o Quilombo dos Palmares).